

Thiago Flores dos Santos

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

*Análise sob a Ótica do Direito
Constitucional Contemporâneo*

Prefácio:

Prof. Dra. Ana Carla Pinheiro Freitas

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Thiago Flores dos Santos

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patricia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S237a

Santos, Thiago Flores dos

Licenciamento ambiental : uma análise sob a ótica do direito cons-
titucional contemporâneo / Thiago Flores dos Santos. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2020.

192 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 157-175.

ISBN 978-65-5510-355-7

1. Direito ambiental – Aspectos sociais. 2. Direito constitucional.
3. Licenciamento ambiental. 4. Direitos fundamentais. I. Título.

CDD 344

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

1. Introdução	1
2. Constitucionalização da proteção ambiental	13
2.1 A crise ambiental e o direito	16
2.1.1 O direito ambiental no contexto civilizatório contemporâneo ..	17
2.2 A Sociedade de risco e a obsolescência planejada ou programada	20
2.3 Os bens jurídicos ambientais e o problema das externalidades negativas	25
2.3.1 O meio ambiente e seus elementos.....	25
2.3.2 As externalidades ambientais negativas e a quantificação ambiental .	31
2.4 O Desenvolvimento sustentável como novo paradigma para o direito ambiental.....	34
2.5 O constitucionalismo e a evolução dos direitos fundamentais	38
3. O meio ambiente ecologicamente equilibrado e o desenvolvimento econômico como direitos fundamentais	51
3.1 O Estado de Direito Socioambiental no contexto constitucional brasileiro	53
3.1.1 As bases do Estado de Direito Socioambiental nas convenções e tratados internacionais.....	54
3.1.2 A Constituição de 1988 e o Estado de Direito Socioambiental	60
3.2 O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	65
3.3 A vedação ao retrocesso social e ambiental como princípio constitucional.....	69
3.4 A função socioambiental da propriedade	75
3.5 Considerações acerca da relação entre o desenvolvimento econômico e as questões sociais e ambientais	78
3.6 Princípios gerais da atividade econômica.....	82
3.6.1 A defesa do meio ambiente e a ordem econômica	84

4. O licenciamento ambiental no contexto normativo brasileiro.....	87
4.1 Aspectos acerca da aplicação dos princípios constitucionais ambientais e o licenciamento	96
4.2 O impacto da transversalidade de políticas públicas no licenciamento ambiental.....	98
4.3 A cooperação interinstitucional no processo de licenciamento ambiental.....	100
4.4 O licenciamento ambiental na Resolução CONAMA nº 237/97	102
4.5 Democracia, direito e o licenciamento ambiental: aspectos sobre a audiência pública	106
4.6 O licenciamento ambiental e os direitos sociais	113
4.7 Aspectos sobre o federalismo cooperativo e o licenciamento ambiental.....	116
5. O licenciamento ambiental como instrumento de efetivação de direitos fundamentais.....	121
5.1 Novas propostas de lei para o licenciamento ambiental	125
5.2 As mudanças de paradigma no procedimento de licenciamento	135
5.3 O licenciamento ambiental como instrumento voltado ao desenvolvimento sustentável.....	138
5.4 A aparente antinomia entre o desenvolvimento econômico e o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	143
5.5 O licenciamento ambiental e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODs)	145
5.6 Considerações acerca da necessidade de melhoria na instrumentalização do licenciamento ambiental para a efetivação de Direitos Fundamentais.....	149
Referências	155